

## Mudança de conceitos, transformação de vidas: resenhando um clássico da sociolinguística

Ildemar Jorge Rodrigues  
ildemar.rodrigues@yahoo.com.br  
Universidade Federal do Vale do São Francisco

Este trabalho tem o objetivo de elaborar uma resenha crítica dos aspectos gerais do livro *Preconceito linguístico* (2007), de autoria de Marcos Bagno, professor adjunto da Universidade de Brasília. O autor da referida obra utiliza sua vasta experiência na área para discutir os pontos mais críticos do preconceito. Ao analisá-la, verificam-se as suas contribuições para o ensino de Língua Portuguesa, principalmente no que diz respeito à minimização do preconceito linguístico. Para tanto, Bagno, com embasamento teórico, desmitifica algumas falácias que existem nessa área do conhecimento. Conclui-se que esse livro é de suma importância para qualquer profissional, pois contribui com inovações e a progressiva eliminação do preconceito linguístico.

### **Uma obra no seu contexto: detalhes e conclusões**

O livro *Preconceito linguístico* foi publicado originalmente em 1999 e está na sua 51ª edição, contribuindo para o entendimento das novas visões para o ensino do Português Brasileiro ou da Língua Portuguesa no Brasil ou da Língua Portuguesa falada no Brasil. Quebram-se paradigmas da prática docente da língua materna, abrem-se os horizontes do preconceito linguístico. O autor é graduado em Letras, mestre em Linguística e doutor em Filologia e Língua Portuguesa. É professor-adjunto na Universidade de Brasília, na qual atua na Graduação e Pós-Graduação. Trabalhou como tradutor, escritor, com diversos prêmios, e mais de 30 títulos publicados, entre literatura e obras técnico-didáticas.

Na introdução dessa obra, o autor contextualiza o preconceito linguístico. Relaciona esse mal, muitas vezes velado, às questões sociopolíticas. Isso se dá pelo fato de que não importa o que se fala, mas quem fala. A forma como uma pessoa se porta, se veste, fala e gesticula determinam se o discurso dela é relevante ou não. Isso é ocasionado por haver uma divisão entre variante de prestígio (Norma culta que é utilizada pela elite) e variantes preteridas (linguajar informal proveniente das pessoas menos abastadas).

O autor inicia a mitologia do preconceito versando sobre a ideia de que “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente” (p. 15). Em decorrência disso, nega-se a variação linguística e, por consequência, impõe-se a norma culta a todos os brasileiros e se classificam as outras variantes como “erradas” e “inferiores” (p. 15). Por isso, os utentes desses seguimentos desprestigiados são alvos de “chacota e escárnio” (p. 16). Mas o autor salienta que mais importante do que utilizar uma ou outra variante é fazer-se compreender e ser compreendido no processo de comunicação. O mito em questão impulsiona o professor de português a ensinar apenas a gramática normativa que, em consequência, desencadeia todos os outros preconceitos.

Em seguida, envereda-se por mais um mito que trata sobre o estigma de que “Brasileiro não sabe português/só em Portugal se fala bem português” (p. 20). O autor explica que, no curso da história, muitos autores prediziam a decadência do português falado no Brasil, mas a evolução da língua é natural e ocorreu em qualquer nação. O que aconteceu nesse país foi

uma evolução, na qual a gramática falada nele distanciou-se da original (portuguesa). Se isso não tivesse ocorrido, diz Bagno, ainda sealaria o latim. Por isso, não há variante melhor ou pior, as duas são diferentes e isso proporciona uma beleza inigualável, uma diferenciação e riqueza cultural.

Nesse sentido, também não se pode acreditar no mito de que “Português é muito difícil” (p. 35). O autor é categórico ao desmentir essa falácia, dizendo que qualquer língua é fácil para o seu nativo, inclusive uma criança de três ou quatro anos já tem uma gramática internalizada. O criador desse mito é o ensino tradicional, que trabalha com a gramática do português falado além-mar, ou seja, os alunos tentam aprender uma gramática artificial, descontextualizada, que não é vista no seu dia a dia. Por isso, sentem-se incompetentes na sua própria língua, mas não são.

Com esse entendimento, compreende-se o porquê do mito de que “As pessoas sem instrução falam tudo errado” (p. 40). O autor justifica o motivo linguístico de algumas evoluções na língua e que essas são consideradas “erradas” só pelo fato de serem pessoas menos favorecidas que as falam. O problema não é o que se fala, mas quem fala, ou seja, esse preconceito é de origem social. Tomando por base esse aspecto, alguns “estudiosos” querem a todo custo estabelecer a ideia de que “O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão” (p. 46). Bagno afirma que isso é totalmente absurdo, pois cada variante, independentemente de onde é falada, atende às necessidades peculiares de cada falante. Por isso, deve-se respeitar cada variedade por seu valor cultural e não apontar a “melhor” ou “pior”.

Nesse sentido, todos têm o direito de se rebelarem contra as leituras já estabelecidas e não acreditarem que “O certo é falar assim porque se escreve assim” (p. 52). A escrita e a fala são modalidades que dão o suporte à comunicação em uma determinada língua. Segundo o autor, o mito em questão baseia-se na diferença entre essas duas, pois na escrita são utilizadas regras da gramática normativa, não abarcando todas as inflexões da fala e nem as intenções de quem escreve. Em contrapartida, na fala os usuários gozam de uma maior liberdade, podendo ser mais autênticos, visto que a fala é efêmera.

Dessa forma, a fala possibilita o uso de uma gama de variação linguística que distancia cada vez mais essas duas modalidades. Essa diferença ocorre à medida que a escrita fica “aprisionada” em regras artificiais da gramática normativa, ou seja, de uma variante que cada vez menos pessoas utilizam. Isso também é resultado de uma preocupação com o que o leitor vai pensar de um texto que não está escrito no rigor da norma. Na oralidade, contudo geralmente não se registra o que se está falando, o que gera uma flexibilização da fala no que diz respeito ao uso das normas do padrão culto. Mesmo assim, o professor deve ensinar as regras ortográficas (afinal são leis). Porém, também deve se esquivar de uma língua artificial, ou seja, trabalhar com as regras que estão vivas na língua e que podem ser percebidas pelos falantes.

Compreendendo isso, desmente-se o mito de que “É preciso saber gramática para falar e escrever bem” (p. 62). O autor salienta que o ensino tradicional de gramática faz exatamente o contrário. Esse ensino inibe os talentos, pois tenta unificar/padronizar o uso da língua; incute insegurança nesse uso; gera aversão ao estudo da língua e medo de expressar-se livremente. Fechando a questão dos mitos, Bagno desmente a falácia de que “O domínio da norma culta é instrumento de ascensão social” (p. 69). O autor a ironiza dizendo que, se assim fosse, os professores de Língua Portuguesa estariam no topo da pirâmide, seriam os mais ricos, detentores do poder. Todavia, não é o que geralmente acontece.

Após a quebra de paradigmas no que diz respeito ao preconceito linguístico, o autor aponta em “O círculo vicioso do preconceito linguístico” (p. 73) os três elementos que sustentam esse

preconceito: o ensino tradicional, a gramática tradicional e os livros didáticos. Ao ensinar, o professor de Língua Portuguesa utiliza a gramática normativa ou o seu derivado que são os livros didáticos. Tomando por base esse arcabouço, o aprendizado é focado na linha normativa/prescritiva. Por meio dessa aula, todos os mitos já apontados ganham força e perpetuam o preconceito linguístico.

Entretanto, não é só a didática utilizada que influencia nesse aspecto. Para ensinar, o professor recorre à fonte do “certo/errado”: a gramática normativa. Essa sem dúvida impulsiona todo o processo. Além disso, para ajudar o professor nessa prática, foram criados os livros didáticos, que recorrem à gramática tradicional, para orquestrar a organização do estudo da língua. Então, o círculo nunca é quebrado e se estabiliza nas salas de aula. Como se não bastasse, além desses elementos, ainda há mais um que atormenta a vida dos alunos e contribui para que o círculo do preconceito continue firme na sociedade. Esse elemento está escondido, manipulando sorrateiramente o ensino da língua materna e é denominado por Bagno de “comandos paragramaticais”. Esses comandos podem ser entendidos como o conjunto de materiais adicionais, como: livros, manuais de redação de empresas jornalísticas, programas de rádio e televisão, colunas de jornal e de revista, CD-ROMS, etc.

Por isso que a “desconstrução do preconceito linguístico, como denomina Bagno (p. 105), é indispensável para a mudança transformadora no ensino. A prática tradicional do ensino do português é a principal “arma” propagadora do preconceito linguístico. Esse ensino se envereda na “contra-mão” da ciência. Sendo assim, a escola não incentiva a utilização e ampliação das habilidades linguísticas dos sujeitos, ou seja, não abre o espaço para que os alunos se expressem espontaneamente, para só depois corrigir sua fala e escrita.

Ademais, não se concebe o conceito de “erro” quando uma expressão, utilizada em uma determinada variante, não motiva aversão por parte dos falantes cultos e quando essa cumpre seu papel e intencionalidade comunicativa. Isso não quer dizer que devemos acabar com o ensino da gramática. Entretanto, é necessário produzir uma gramática da norma culta brasileira que seja viva, que esteja em uso constante e que abarque as especificidades dessa língua. Com essa gramática viva, a língua seria estudada como uma disciplina que incentivaria a variedade, as evoluções, as criações, a espontaneidade, as diversas formas dos sujeitos se expressarem, respeitando todas as suas especificidades e vivenciando uma revisão e elaboração desses aspectos constantemente. Sendo assim, tanto a modalidade escrita quanto a oral seriam trabalhadas para atingir um nível satisfatório na escala da adequabilidade e aceitabilidade, considerando “quem diz o quê, a quem, como, quando, onde, porquê e visando que efeito” (p. 130).

Esse livro traz novas visões para o ensino da Língua Portuguesa. Extirpa o conceito de “erro” do vernáculo do professor de português, pois, na verdade, os casos considerados “erros” têm uma explicação científica, ou seja, são fenômenos explicáveis. Por isso, entende-se que não há problemas com as variantes, nem mesmo com as pessoas, mas com a regra tradicional. A capa chama a atenção, no que diz respeito à originalidade. Ao ver-se um casal e uma criança, aparentemente pobres, e o título do livro, liga-se diretamente o preconceito linguístico à questão social. Então, a capa cumpre um papel importante de intencionalidade. Ademais, a leitura é intrigante, convidativa, simples e muito rica de significações. Não há conceitos difíceis de entender, o autor foi suficientemente explicativo, didático e, por isso, qualquer pessoa pode se encantar com a leitura. Entretanto, isso não quer dizer que autor não tenha utilizado as teorias científicas para embasar suas ideias.

Uma crítica a ser feita é em relação ao caráter sensacionalista desse livro. Bagno foi áspero muitas vezes ao falar dos gramatiqueros. Pode-se entender isso considerando a intenção do

autor. Na verdade, ele queria ser ouvido e, por isso, teve que apelar para a “troca de farpas”. Depois de ter conseguido o seu espaço, Bagno escreveu outros livros sem essa característica. Entretanto, isso não apaga o brilho dessa obra surpreendente, inovadora e que está mudando conceitos de muitos docentes e transformando a vida de muitos alunos. Por isso, essa obra é indispensável para qualquer professor de Língua Portuguesa e da área de Pedagogia. Não só dessas áreas, mas qualquer pessoa que um dia foi vítima de zombaria, chacota ou escárnio por causa da forma como fala ou ainda para quem deseja se “despir” dos preconceitos.

A obra tem um caráter indiscutivelmente sociopolítico por sua preocupação com o ensino de Língua Portuguesa e, principalmente, com as questões que estão por trás do preconceito linguístico. Se todos lessem esse livro e se abrissem para as mudanças necessárias, a práxis da língua materna passaria por uma revolução. Esse, certamente, é o maior desejo do autor e de quem se contamina com essa ideologia transformadora.

### Referência

BAGNO, Marcos A. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 48 ed. São Paulo: Loyola, 2007.